



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Termo de Referência (TR)**

**1. DO OBJETO**

**1.1. Da Definição do Objeto**

**1.1.1.** O objeto desta licitação consiste na Contratação de empresa de engenharia para execução de Pavimentação em paralelepípedos em ruas no Povoado Bonsucesso, Povoado de Laje e no Povoado de Pedra Branca, no Município de Monte Santo – Bahia, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas na Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, BDI, e nos anexos que integram o Edital.

**1.1.2.** Mediante Convênio nº 108/2026 celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento e Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e a Prefeitura Municipal de Monte Santo.

**1.1.3.** A definição do objeto atende ao rigor exigido pelo artigo 18, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo a descrição clara, precisa e suficiente do que se pretende contratar, vedando-se especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

**1.2. Da Natureza do Objeto**

**1.2.1.** O objeto desta contratação classifica-se, como **Obra de Engenharia**, nos exatos termos do artigo 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

**1.2.2.** A execução da obra dar-se-á sob o regime de **Empreitada por Preço Global**, conforme inteligência do artigo 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que a natureza do objeto permite a quantificação precisa das unidades de serviços a serem executadas, garantindo maior controle financeiro e medição fidedigna do que foi efetivamente realizado pela contratada.

**1.2.3.** O prazo de **vigência do contrato** será o necessário para a execução da obra, conforme o cronograma físico-financeiro, em anexo, em conformidade com o artigo 105 da Lei 14.133/2021, contados a partir da data da assinatura do termo de contrato, permitindo a sua prorrogação, caso



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

o objeto não seja concluído no prazo previsto, desde que haja causa justificada, motivada e a contratada não tenha dado causa ao atraso nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

**1.3. Da Características do Objeto**

**1.3.1.** A obra caracteriza-se como de **baixa a média complexidade técnica**, não exigindo metodologias construtivas inéditas ou tecnologias de ponta exclusivas, sendo perfeitamente executável por empresas de engenharia civil com acervo técnico padrão em urbanização e construção civil.

**1.3.2.** A obra caracteriza-se como um serviço de engenharia de natureza comum, sendo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, conforme artigo 6º, inciso XXI, alinha “a”, da Lei 14.133/2021.

**1.3.3.** Trata-se de serviços contratados por escopo, sendo aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, conforme artigo 6º, inciso XVII, da Lei 14.133/2021.

**1.3.4.** A execução do objeto engloba, de forma não exaustiva, as características e etapas construtivas conforme detalhamento no Projeto Básico/Executivo.

**1.3.5.** O projeto e a execução do objeto deverão observar, obrigatoriamente e sob pena de rejeição, as normas de acessibilidade universal, em especial a NBR 9050/2020 da ABNT e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), garantindo rotas acessíveis, pisos táteis e rampas adequadas, materializando o princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

**1.3.6.** A execução da obra deverá incorporar práticas de sustentabilidade, como a destinação correta de resíduos sólidos da construção civil (Resolução CONAMA nº 307/2002), uso de materiais de baixo impacto ambiental e eficiência energética, em estrita obediência ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

**1.4. Da Indivisibilidade do Objeto (Não Parcelamento)**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**1.4.1.** Conclui-se, de forma técnica e motivada, pela **indivisibilidade** do objeto, devendo ser licitada em **lote único**.

- a) A execução do objeto envolve serviços intrinsecamente ligados, a divisão em múltiplos contratos geraria grave risco de sobreamento de responsabilidades, atrasos em cadeia e perda de garantia do objeto como um todo.
- b) A concentração em uma única empresa contratada otimiza a mobilização e desmobilização de canteiro de obras, reduzindo custos indiretos (BDI) e garantindo maior economicidade para o erário municipal.
- c) A multiplicidade de empresas no mesmo canteiro de obras tornaria a fiscalização pelo Município de Monte Santo excessivamente onerosa e ineficiente, violando o princípio da eficiência.

**2. DA JUSTIFICATIVA E DA NECESSIDADE DO OBJETO E DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** O Procedimento Licitatório presente fundamenta-se na necessidade administrativa legítima e comprovada de modernização e melhoria da infraestrutura viária do Município de Monte Santo – Bahia, mediante a execução de obras de pavimentação em paralelepípedos em ruas localizadas nos Povoados de Bonsucesso, Laje e Pedra Branca, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas na Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, BDI e demais anexos que integram o Edital.

**2.2.** A necessidade administrativa decorre da demanda do Município de Monte Santo – Bahia por melhoria da infraestrutura viária em localidades que dependem de vias adequadas para circulação de pessoas, veículos, transporte escolar, atendimento de saúde, escoamento de produção, acesso a serviços públicos e integração das comunidades à malha municipal.

**2.3.** As ruas situadas no Povoado Bonsucesso, Povoado de Laje e Povoado de Pedra Branca carecem de intervenção de pavimentação, a fim de proporcionar condições adequadas de tráfego, reduzir transtornos causados por poeira no período seco, lama no período chuvoso, erosões, irregularidades no leito das vias, dificuldade de acesso e riscos à segurança dos usuários.

**2.4.** A ausência de pavimentação adequada compromete a mobilidade local, aumenta custos de manutenção das vias, prejudica o deslocamento de moradores, dificulta o acesso de veículos de serviços essenciais e pode ocasionar degradação progressiva da infraestrutura existente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- 2.5.** A contratação da obra apresenta-se necessária para atender ao interesse público municipal, promovendo melhoria das condições de circulação, segurança, acessibilidade, salubridade, conforto urbano e desenvolvimento local.
- 2.6.** A execução da pavimentação em paralelepípedos também possui relevância social, pois favorece comunidades situadas fora do centro urbano principal, contribuindo para redução de desigualdades territoriais, fortalecimento da infraestrutura dos povoados e ampliação da presença do poder público nas localidades rurais.
- 2.7.** A presente contratação encontra fundamento legal na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas, bem como suas alterações posteriores, princípios que regem essa Lei e Decretos Regulamentares da mesma Lei Federal.
- 2.8.** A execução do objeto licitado deverá ser de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e seus Anexos, como também no futuro Contrato.
- 2.9.** Ademais, a contratação está em consonância com os princípios basilares da Administração Pública, insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal e reiterados no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente os princípios da finalidade, interesse público, eficiência, moralidade e planejamento.

**2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**2.1.** A solução proposta para atender à necessidade da Administração Pública. A descrição da solução como um todo, conforme o artigo 6º, inciso XXIII, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021, envolve os seguintes componentes integrados:

- a) Projeto Básico Completo:** Documento técnico que define o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra, com nível de precisão adequado para estimativa de custos e prazos.
- b) Execução da Obra:** Realização de todas as etapas construtivas, desde a terraplanagem até os acabamentos, conforme Projeto Básico e normas técnicas.
- c) Fornecimento de Materiais e Equipamentos:** Fornecimento e instalação de materiais de qualidade, duráveis e adequados ao uso público, com garantia de procedência.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**d) Gestão e Fiscalização:** Acompanhamento contínuo da execução pela Administração, garantindo a conformidade com o projeto, prazos e custos.

**e) Sustentabilidade:** Utilização de práticas e materiais que minimizem o impacto ambiental e promovam a durabilidade da infraestrutura.

**2.10.** A contratação do objeto representa a solução integral e definitiva para a necessidade pública identificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e detalhada na Justificativa desta contratação. A solução não se resume a mera execução de serviços de engenharia, mas sim a entrega de um equipamento público funcional, seguro e sustentável, que atenda plenamente aos anseios da comunidade local por um espaço de lazer, convivência e integração social.

**2.11.** Esta abordagem holística está em conformidade com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021, que exige a descrição da solução como um todo, considerando o ciclo de vida do objeto. A presente contratação foi planejada para ser a mais vantajosa para a Administração, não apenas sob o prisma do preço, mas também da qualidade, durabilidade e dos benefícios sociais gerados.

**2.12.** A solução foi concebida para apresentar o menor custo total ao longo de seu ciclo de vida, considerando não apenas o valor da construção, mas também os custos de manutenção, operação e eventual desfazimento. A escolha de materiais de alta durabilidade e baixo custo de manutenção, bem como a adoção de soluções de iluminação eficientes (LED) e paisagismo adaptado ao clima local, são medidas que visam garantir a sustentabilidade econômica e ambiental do projeto, em conformidade com o artigo 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

**2.13.** A contratação, nos moldes aqui descritos, **representa a solução mais completa, eficiente e vantajosa para a Administração Pública**. A visão integrada do objeto, desde o planejamento até a entrega final, garante a segurança jurídica do processo, a previsibilidade dos custos e, acima de tudo, a entrega de um equipamento público de alta qualidade para a comunidade.

### **3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO**

**3.1.** A presente seção estabelece as diretrizes fundamentais que regerão a participação e as condições de competitividade na **Concorrência Eletrônica**, em estrita observância aos princípios da isonomia, competitividade, desenvolvimento nacional sustentável e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme preconiza o artigo 5º da Lei nº

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

14.133/2021. A definição clara desses parâmetros é crucial para a segurança jurídica do certame e para atrair licitantes qualificados.

**3.2. Da Modalidade:**

- a) A modalidade escolhida para a presente licitação é a **Concorrência Eletrônica**, em conformidade com o artigo 6º, inciso XXXVIII, e artigo 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- b) A Concorrência é a modalidade mais adequada para contratações de obras e serviços de engenharia, especialmente quando a complexidade técnica, o vulto e o planejamento demandam maior robustez procedimental, observados os critérios e hipóteses da Lei nº 14.133/2021.
- c) A escolha da forma eletrônica atende ao princípio da eficiência e ao dever de promover a ampla competitividade, conforme o artigo 12, da Lei nº 14.133/2021.

**3.3. Do Critério**

- a) O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço Global por Lote**, nos termos do artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- b) A adoção do critério de Menor Preço Global por Lote (em lote único) para a contratação da obra de engenharia em questão oferece uma série de benefícios e vantagens à Administração Pública, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e busca pela proposta mais vantajosa.
- c) O critério escolhido trás o seguinte:
  - a) Economicidade: Garante a contratação pelo menor valor total para a execução completa da obra, evitando custos adicionais de gestão e fiscalização de múltiplos contratos;
  - b) Eficiência Operacional: Simplifica a gestão do contrato, pois a responsabilidade pela execução integral da obra recai sobre um único contratado, otimizando a comunicação e a coordenação;
  - c) Responsabilidade Única: Atribui a uma única empresa a responsabilidade pela qualidade e prazos de toda a obra, facilitando a fiscalização e a aplicação de sanções em caso de descumprimento;
  - d) Integridade do Objeto: Preserva a unidade técnica e funcional da praça, garantindo que todos os componentes sejam executados de forma coesa e integrada, sem descontinuidade ou incompatibilidade entre partes.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**3.4. Do Modo de Disputa**

- a) O modo de disputa será em conjunto, **Aberto e Fechado**, conforme o artigo 56 da Lei nº 14.133/2021 e das regras operacionais previstas no Edital e na parametrização da plataforma eletrônica.
- b) A adoção do modo de disputa combinado visa conciliar a competitividade do lance aberto com a vantagem da oferta final fechada.
- c) O lance aberto permite a redução inicial dos preços, enquanto a fase fechada incentiva os licitantes a apresentarem sua melhor e última proposta, garantindo que a Administração alcance o preço mais vantajoso. Esta combinação otimiza o processo e atende ao princípio da economicidade.
- d) Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com fase aberta e, ao final, fase fechada (lance final sigiloso), observadas as regras do modo de disputa aberto e fechado e o critério de julgamento menor preço. A fase aberta terá 15 (quinze) minutos de tempo inicial fixo, seguida de até 10 (dez) minutos de tempo aleatório adicional, sem prorrogações. Encerrada a fase aberta, os melhores lances, até 10% (dez por cento) superiores ao menor lance válido, poderão ofertar um último lance fechado, conforme as condições do Edital e as funcionalidades da plataforma.

**3.5. Da Inversão de Fases**

**4.5.1.** Será aplicada a Inversão de Fases, de modo que **a fase de habilitação antecederá a fase de julgamento das propostas**, nos termos do artigo 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**4.5.2.** A inversão da ordem das fases, com a habilitação antecedendo o julgamento das propostas, justifica-se pela alta complexidade e volume da documentação técnica e econômico-financeira exigida para a contratação de obras de engenharia. Tal medida permite à Administração Municipal concentrar seus esforços na verificação prévia da aptidão dos licitantes, filtrando, *ab initio*, apenas as empresas que comprovadamente possuem as condições técnicas e financeiras para executar o objeto. Isso evita o dispêndio de tempo e recursos públicos na análise de propostas de licitantes que seriam, de qualquer forma, inabilitados, otimizando o processo e conferindo maior segurança jurídica ao certame.

**4.5.3. Otimização da Análise Técnica e Celeridade Processual**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- a) Em licitações de obras, os documentos de habilitação técnica e econômico-financeira são, via de regra, mais complexos e demorados de analisar do que as propostas de preço. Exigências como atestados de capacidade técnica, balanços patrimoniais e índices de liquidez demandam tempo e expertise do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio.
- b) Ao analisar a habilitação primeiro, a Administração concentra seus esforços na verificação da aptidão dos licitantes. A análise das propostas de preço (e a subsequente fase de lances e negociação) será realizada apenas com aqueles que, comprovadamente, possuem condições técnicas e financeiras para executar o objeto. Isso evita o dispêndio de tempo e recursos públicos na análise de propostas de licitantes que seriam, de qualquer forma, inabilitados.

**4.5.5. Redução do Risco de Judicialização e Impugnações**

- a) A análise prévia da habilitação permite que eventuais falhas ou omissões documentais sejam sanadas ou questionadas antes da fase de propostas.
- b) O saneamento de falhas na habilitação em momento anterior ao julgamento das propostas tende a reduzir o volume de recursos e impugnações na fase final do certame, conferindo maior segurança jurídica e estabilidade ao processo.

**4.5.6.** A legalidade da inversão é reconhecida quando devidamente motivada, como neste caso, em que se busca a otimização do tempo do Agente de Contratação na análise de documentos complexos de habilitação técnica e econômico-financeira, que são mais onerosos e demorados do que a simples análise de propostas.

**4.5.7.** O Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiteradamente se manifestado no sentido de que a inversão de fases é uma faculdade da Administração, desde que a decisão seja justificada. A complexidade da documentação de habilitação em obras de engenharia é um fator que, por si só, motiva a inversão, visando a eficiência administrativa.

**4.6. Caracterização do Lote e do Escopo de Serviços**

**4.6.1.** O objeto da presente contratação consiste na execução integrada de obra/serviço de engenharia, cujo escopo compreende um conjunto indissociável de atividades técnicas, sequenciais e interdependentes, que demandam coordenação, responsabilidade técnica única e gestão centralizada da execução.

**4.6.2.** O objeto será licitado por Lote, compreendendo a execução integral da obra.

**4.6.3. A fragmentação do objeto em múltiplos lotes poderia acarretar:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- a) Riscos à compatibilidade técnica entre etapas e sistemas executivos distintos;
- b) Dificuldades de coordenação e responsabilização, com potencial sobreposição de obrigações e conflitos operacionais;
- c) Aumento de custos indiretos, reduzindo a vantajosidade econômica;
- d) Maior risco de atrasos e paralisações, decorrentes da dependência entre frentes de trabalho executadas por empresas diversas.

**4.6.4. Assim, a execução por empresa única, contratada por Lote Único, assegura:**

- a) Unidade técnica e gerencial na condução da obra;
- b) Clareza na alocação de responsabilidades, inclusive quanto a prazos, qualidade e desempenho;
- c) Maior controle pela Administração, com fiscalização concentrada e simplificada;
- d) Redução de riscos contratuais, operacionais e de governança.
- e) Economias de escala, com melhor diluição de custos fixos e indiretos;
- f) Propostas mais competitivas;
- g) Redução do custo total da contratação, em consonância com o princípio da economicidade.

**4.6.5.** Do ponto de vista econômico, a contratação por Lote Único não restringe indevidamente a competitividade, considerando que o objeto é compatível com a capacidade técnica e operacional de empresas do ramo de engenharia civil regularmente estabelecidas no mercado.

**4.6.6.** O detalhamento item a item (serviços, insumos, unidades, quantitativos e preços de referência) consta na Planilha Orçamentária, a qual é parte integrante e indissociável deste TR.

**4.6.7.** As quantidades estimadas e os custos unitários foram elaborados com base em critérios técnicos rigorosos, utilizando-se o sistema de referência de custos oficial, em conformidade com o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

**5. ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS, ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E DO PREÇO.**

5.1. As especificações técnicas e os quantitativos estimados do objeto são elementos cruciais para a definição do escopo e a garantia da qualidade do serviço a ser contratado, em estrita observância ao artigo 6º, inciso XXIII, alínea "i", da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Encontram-se definidos e detalhados no conjunto de peças técnicas que integram e vinculam o presente Termo de Referência e o Edital, especialmente:

**5.2.1. Projeto Básico/Executivo**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

a) Detalhamento técnico da solução de engenharia, incluindo plantas, cortes e memoriais descritivos.

5.2.2. Planilha Orçamentária

b) Detalhamento dos custos unitários e totais, com base em sistemas de referência.

5.2.3. Cronograma Físico-Financeiro

c) Previsão de prazos de execução e desembolso financeiro.

5.2.4. Memorial Descritivo

d) Descrição pormenorizada dos materiais e métodos construtivos.

5.2.5. Composições de custos, no Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e Encargos Sociais;

5.2.6. Demais anexos que se façam necessários à perfeita caracterização e execução do objeto.

**5.3. Referência de Preços:**

5.3.1. O preço estimado para a execução do objeto desta licitação, é de **R\$ 960.544,69 (Novecentos e Sessenta Mil Quinhentos e Quarenta e Quatro Reais e Sessenta e Nove Centavos)**

5.3.2. Os preços unitários foram obtidos prioritariamente a partir:

a) **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) – 09/2025 – Bahia;**

b) **CONDER – 09/2025 – Bahia.**

5.4. As quantidades estimadas refletem o dimensionamento previsto nas peças técnicas e serão confirmadas/ajustadas por ocasião da execução, conforme medições efetivamente realizadas, respeitado o regime contratual e as regras do Edital/Contrato.

5.5. O orçamento estimado da contratação, com a composição de todos os seus custos unitários, estará disponível para consulta pelos interessados. A publicidade do orçamento visa a fomentar a competitividade, permitindo que os licitantes elaborem suas propostas com maior precisão e transparência, além de facilitar o controle social sobre os gastos públicos.

**5.6. Para fins de gestão de riscos e controle, estabelece-se que:**

5.6.1. A Contratada deverá considerar, ao precificar, todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do escopo, inclusive mobilização, logística, encargos, equipamentos, administração local, segurança do trabalho, sinalização, proteção do entorno e limpeza;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

5.6.2. Não será admitida alegação posterior de desconhecimento das condições preços e quantitativos, ressalvada a ocorrência de fatos supervenientes devidamente comprovados e tratados nos instrumentos contratuais próprios.

5.7. A Contratada será integralmente responsável pela execução da obra, devendo seguir rigorosamente as especificações técnicas, normas da ABNT e as determinações da fiscalização, não sendo admitida a alegação de desconhecimento das condições do local ou das exigências do Projeto Básico.

## **6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. Do Regime de Execução:**

6.1.1. O objeto será executado sob o regime de **Empreitada por Preço Global**, conforme o artigo 46, inciso II, da Lei nº 14.133/202.

6.1.2. Esta escolha técnica é fundamentada na natureza do objeto, que se caracteriza por ser uma obra de engenharia com Projeto Básico devidamente elaborado e detalhado, permitindo a precisa definição dos quantitativos e custos desde a fase de planejamento.

6.1.3. O regime de preço global é o mais adequado para obras cujos elementos constitutivos podem ser previamente quantificados e precificados com exatidão, minimizando a necessidade de aditivos contratuais por variações de quantitativos e garantindo maior previsibilidade orçamentária para a Administração Pública. A Contratada assume o risco pela execução completa do objeto, mediante remuneração fixa e invariável, o que fomenta a eficiência e a busca por soluções construtivas otimizadas.

### **6.2. Prazo de Início e Ordem de Serviço**

6.2.1. A execução do objeto de **construção da praça pública no Povoado Jenipapo de Baixo** deverá ter seu início em, no máximo, **05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço (OS)** pela Administração Municipal, a contar da data de sua assinatura. Este prazo exíguo, porém razoável, visa garantir a celeridade na concretização do objeto contratual, em alinhamento com o princípio da eficiência administrativa.

6.2.2. Eventual prorrogação do prazo de início da execução somente poderá ocorrer mediante solicitação devidamente justificada pela Contratada e com a expressa aceitação da Administração Pública. A justificativa deverá demonstrar a ocorrência de fatos supervenientes, alheios à vontade da Contratada, que impeçam o cumprimento do prazo original.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

6.3. Os horários dos serviços deverão ser compatíveis com o cronograma físico-financeiro e com as normas municipais de ruído e vizinhança, ficando a cargo da CONTRATADA a gestão de seu calendário de trabalho, desde que cumprido o prazo final de entrega.

**6.4. Do Recebimento do Objeto**

6.4.1. O recebimento do objeto contratual, será realizado em duas etapas distintas, conforme preceitua o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a conformidade da execução com o Projeto Básico, Memorial Descritivo e demais especificações técnicas.

**6.4.2. Recebimento Provisório**

a) O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal do Contrato, mediante termo circunstanciado. Esta etapa tem como objetivo a verificação da conclusão física da obra e a conformidade com as especificações superficiais, sem adentrar em detalhes técnicos que demandem análises mais aprofundadas.

**6.4.3. Recebimento Definitivo**

a) O recebimento definitivo será realizado pelo Gestor do Contrato e/ou pelo Secretário Municipal da Pasta, mediante termo circunstanciado, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e a comprovação da adequação do fornecimento aos termos contratuais.

6.4.4. Maiores informações sobre recebimento do objeto, estarão elencadas no Estudo Técnico Preliminar, nesse Termo de Referência (TR), no Edital e no Termo de Contrato.

**6.5. Das Obrigações da Futura Contratada**

6.5.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, no Contrato e na legislação pertinente, a futura Contratada terá as seguintes obrigações, que deverão ser cumpridas com a máxima diligência e responsabilidade:

- a) **Execução do Objeto:** Realizar a construção da obra, de acordo com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, Planilha Orçamentária e todas as especificações técnicas, normas da ABNT e legislações aplicáveis.
- b) **Pessoal:** Manter, durante toda a execução da obra, equipe técnica e operacional qualificada e em número suficiente para o bom andamento dos serviços, com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais devidamente recolhidos e comprovados, conforme a Lei nº 14.133/2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- c) Materiais e Equipamentos:** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e veículos necessários à execução da obra, garantindo a qualidade e a conformidade com as especificações técnicas e normas da ABNT.
- d)** Todos os materiais, produtos e serviços deverão: Ser novos, de primeiro uso, quando aplicável; Atender às especificações do Memorial Descritivo, às normas técnicas pertinentes (ABNT e correlatas) e às boas práticas de engenharia; Possuir garantias legais e técnicas compatíveis com a natureza do item, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada pela qualidade e desempenho.
- e)** A Contratada deverá apresentar, quando solicitado pela fiscalização, fichas técnicas, catálogos, laudos, certificados de conformidade e demais evidências de atendimento às especificações, sem custos adicionais para a Administração.
- f)** É vedada a substituição de especificações por similares sem autorização formal da Administração, devendo eventual equivalência técnica ser demonstrada por documentação e aprovação expressa da fiscalização/gestão.
- g) Segurança do Trabalho:** Implementar e manter todas as medidas de segurança e medicina do trabalho, conforme as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, visando à proteção da saúde e integridade física de seus empregados e de terceiros, conforme a Lei nº 14.133/2021.
- h) Diário de Obra:** Manter o Diário de Obra devidamente preenchido e atualizado, registrando todas as ocorrências relevantes, decisões e informações técnicas, conforme a Lei nº 14.133/2021 e as determinações da fiscalização.
- i) Licenças e Alvarás:** Obter e manter válidas todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias à execução da obra, junto aos órgãos competentes.
- j) Limpeza e Organização:** Manter o canteiro de obras limpo, organizado e seguro, promovendo a destinação adequada dos resíduos gerados.
- k) Reparação de Danos:** Reparar, às suas expensas, quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão na execução do contrato.
- l) Responsabilidade Técnica:** Assumir a integral responsabilidade técnica pela execução da obra, por meio de profissional legalmente habilitado e registrado no Conselho de Classe competente.
- m)** A Contratada é integralmente responsável pela execução conforme projeto, devendo promover a compatibilização executiva, a correta interpretação das peças e a comunicação imediata à



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

fiscalização sobre inconsistências ou omissões relevantes, sob pena de responder pelos prejuízos decorrentes.

- n) Caso se verifique necessidade de ajustes técnicos durante a execução, o tratamento deverá observar o devido processo formal de decisão, motivação, registro em autos e autorização competente, preservando a legalidade, a economicidade e a continuidade do serviço público.

6.6. A garantia do serviço, de solidez e segurança da obra será aquela estabelecida estabelecido na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), conforme prever o artigo 618 do Código Civil (prazo irredutível de 5 anos), sem prejuízo da aplicação da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) no que couber.

6.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**7. DA SUSTENTABILIDADE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL, CRITÉRIOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA NA EXECUÇÃO DA OBRA**

7.1. A promoção do desenvolvimento nacional sustentável constitui um dos objetivos precípuos do processo licitatório, conforme preconiza o artigo 5º e o artigo 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Para a execução do objeto licitado, a sustentabilidade deve ser compreendida em sua dimensão multidimensional (ambiental, social, econômica e cultural), integrando critérios que minimizem o impacto ambiental e maximizem o benefício social à comunidade de Monte Santo/BA.

**7.3. Diretrizes Ambientais e Operacionais**

7.3.1. A presente contratação observará, de modo transversal e vinculante, os objetivos do processo licitatório e os princípios da Administração Pública, com ênfase no desenvolvimento nacional sustentável, na economicidade, na eficiência, na probidade administrativa, na transparência, na motivação e no julgamento objetivo, garantindo que as escolhas técnicas e executivas maximizem a proposta mais vantajosa e minimizem impactos ambientais e sociais.

7.3.2. Em especial, a Administração declara que a definição de requisitos de sustentabilidade decorre do objetivo legal de incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, com governança e controles internos para avaliar, direcionar e monitorar o cumprimento das medidas aqui previstas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

7.3.3. A Contratada deverá observar, durante toda a execução, as seguintes diretrizes, em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis e a legislação ambiental vigente:

7.3.1. Gestão de Resíduos: Implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), priorizando a segregação na fonte e a destinação final ambientalmente adequada, conforme as resoluções do CONAMA.

7.3.2. Eficiência Energética e Hídrica: Utilização de materiais e técnicas que favoreçam a economia de água e energia, como a instalação de iluminação LED e sistemas de drenagem que permitam a permeabilidade do solo na praça.

7.3.3. Procedência dos Materiais: Exigência de comprovação de origem legal de produtos florestais (Documento de Origem Florestal - DOF) e preferência por materiais reciclados ou de baixo impacto ambiental;

7.3.4. Uso racional de recursos naturais (água e energia);

7.3.5. Segurança, saúde ocupacional e responsabilidade social.

**7.4. Dimensão Social E Desenvolvimento Local**

7.4.1. Mão de Obra Local: Estímulo à contratação de trabalhadores residentes no Município, visando o fomento da economia local e a redução de deslocamentos.

7.4.2. Equidade e Inclusão: Observância das reservas de vagas para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, além do cumprimento rigoroso das normas de segurança e medicina do trabalho.

**8. DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DA OBRA**

**8.1. Caráter Facultativo da Visita Técnica**

8.1.1. A visita técnica ao local da obra será **FACULTATIVA**, previsto no artigo 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, bem como em consonância com os princípios da ampla competitividade, isonomia, eficiência e vedação a formalismos excessivos.

8.2. No presente certame, a Administração disponibiliza conjunto completo e suficiente de informações técnicas, incluindo, entre outros: **a)** Projeto Básico e/ou Executivo; **b)** Memorial Descritivo; **c)** Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro; **d)** Especificações técnicas e condições de execução; **e)** Informações georreferenciadas, plantas, cortes e detalhes construtivos, quando aplicável.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

8.2.1. Tais documentos permitem às licitantes compreender integralmente o objeto, avaliar os métodos construtivos, identificar riscos previsíveis e formular propostas com pleno conhecimento das condições de execução, sem que a visita presencial seja imprescindível.

8.3. Independentemente da realização ou não da visita técnica, as licitantes assumem plena responsabilidade pela análise dos documentos disponibilizados e pela correta elaboração de suas propostas.

8.4. Não serão aceitas, após a apresentação das propostas, alegações de desconhecimento das condições locais, construtivas, logísticas ou operacionais

8.5. A licitante que optar por não realizar a visita técnica deverá apresentar, no momento da habilitação, uma Declaração de Pleno Conhecimento das condições e peculiaridades do local da obra, assumindo integralmente o risco de desconhecimento.

8.5.1. A apresentação desta declaração implica que a licitante não poderá, em momento algum, alegar desconhecimento das condições do local, das especificações técnicas ou de quaisquer outros fatores que possam influenciar na execução do objeto, para fins de pleitear reequilíbrio econômico-financeiro ou justificar o descumprimento contratual.

**8.6. Procedimentos para a Visita**

8.6.1. Para as licitantes que optarem por realizar a visita, o procedimento será o seguinte:

a) **Agendamento:** A visita deverá ser previamente agendada junto ao Departamento de Licitações, por meio do e-mail [copelmontesanto@gmail.com](mailto:copelmontesanto@gmail.com), com antecedência mínima de 04 (quatro) dias úteis da data de abertura da sessão pública.

b) **Da Visita:** Após agendada a visita com o setor de Licitação, o interessado deverá comparecer na data e local agendado, onde será acompanhado por pelo menos um engenheiro do Município, designado no ato de agendamento, o qual será responsável por acompanhar a visita.

c) **Atestado:** Será emitido um Atestado de Visita pela Secretaria Requisitante, que deverá ser anexado à documentação de habilitação da licitante que a realizou.

**9. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

9.1. A participação e a seleção do fornecedor observarão, integralmente, os princípios e vetores de governança estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, notadamente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia/igualdade, planejamento, transparência, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade,





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

9.2. A estrutura procedimental do certame (fases, sequência e atos) seguirá o regramento da Lei nº 14.133/2021, sendo que as fases do processo licitatório são disciplinadas em lei, e as regras específicas da inversão de fases e dos atos operacionais constarão no Edital e no sistema eletrônico adotado.

9.3. A participação pressupõe que o licitante declare:

- a) Pleno conhecimento e aceitação das condições do Edital e anexos;
- b) Que sua proposta compreende a integralidade dos custos;
- c) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, sem prejuízo da comprovação documental quando convocado/na fase aplicável.

**9.4. Condições Gerais de Participação:**

9.4.1. Somente poderão participar do presente certame as empresas ou sociedades regularmente estabelecidas no País;

9.4.2. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação;

9.4.3. Poderão participar do certame pessoas jurídicas, que comprovem aptidão para execução do objeto e atendam às condições de participação, habilitação e demais exigências fixadas no instrumento convocatório, observados os princípios da isonomia, competitividade e julgamento objetivo.

**9.5. Não poderão participar:**

9.5.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nas hipóteses legais de impedimento, incluindo, dentre outras:

- a) Empresas concordatárias ou que tenham tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- d) Empresas reunidas em consórcio;
- e) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- f) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do anteprojeto, projeto básico ou do projeto executivo, ou da qual o autor do projeto seja diretor, gerente, administrador, acionista ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- g) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, cumprindo as sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, ou de declaração de inidoneidade, aplicadas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo;
- h) Empresas controladoras, controladas, coligadas ou subsidiárias, assim como qualquer pessoa jurídica que possua participação relevante no capital social de outra, ou que atue na gestão comercial ou técnica desta, ou seja responsável pela elaboração do projeto, quando houver conflito de interesses, devidamente justificado;
- i) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.6. O Edital deverá descrever e detalhar mais informações e maiores detalhes sobre as condições gerais de participação, sobre quem poderá ou não poderá participar da licitação.

9.7. O Edital deverá exigir declarações e mecanismos de integridade e conformidade, incluindo declaração de inexistência de impedimentos e de que não se enquadra nas hipóteses do artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de diligências.

9.8. A identificação, a qualquer tempo, de enquadramento em hipótese impeditiva implicará a exclusão do licitante do certame e/ou a adoção das providências administrativas e sancionatórias cabíveis, resguardado o contraditório e a ampla defesa na forma legal.

**9.9. Da Vedação à Participação de Empresas Reunidas em Consórcio**

9.9.1. Consórcio é faculdade, não obrigação. A Lei nº 14.133/2021 disciplina a participação em consórcio e atribui ao Edital a fixação de condições específicas, evidenciando que se trata de opção regulatória do instrumento convocatório, a ser adotada quando conveniente e tecnicamente recomendável.

9.9.2. Para o presente objeto, fica **vedada** a participação de empresas reunidas em consórcio, por decisão motivada com base em critérios técnicos e de governança contratual, visando maximizar

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

eficiência, reduzir riscos de coordenação/solidariedade operacional e simplificar a responsabilização, a fiscalização e a execução contratual, sem prejuízo da competitividade.

9.9.3. A vedação fundamenta-se, cumulativamente, nos seguintes fatores:

- a) Dificuldade na Gestão Contratual:** A multiplicidade de responsáveis e a complexidade na comunicação e tomada de decisões inerentes aos consórcios poderiam dificultar a gestão e fiscalização do contrato pela Administração;
- b) Responsabilidade Diluída:** A responsabilidade solidária dos consorciados, embora prevista em lei, na prática, pode levar a uma diluição da responsabilidade individual, dificultando a aplicação de sanções e a exigência de cumprimento das obrigações;
- c) Restrição Indevida à Competitividade:** Para um objeto de porte médio, a permissão de consórcios poderia, paradoxalmente, restringir a competitividade, uma vez que empresas de menor porte, capazes de executar a obra individualmente, poderiam ser desestimuladas a competir com grandes consórcios.

**9.10. Do tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) – Lei Complementar 123/2006 e Lei Federal 14.133/2021**

9.10.1. O certame aplicará o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme determina a própria Lei nº 14.133/2021.

9.10.2. A fruição dos benefícios observará as limitações previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto a hipóteses e limites de aplicação conforme o valor estimado e as condições estabelecidas em lei, devendo constar do Edital a exigência de declaração do licitante quanto ao enquadramento e atendimento aos requisitos legais pertinentes.

9.10.3. O licitante enquadrado como ME/EPP deverá declarar, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos legais de enquadramento e aptidão ao tratamento favorecido, sem prejuízo de verificação e eventual saneamento/regularização fiscal na forma da Lei Complementar 123/2006 quando cabível.

9.10.4. Este tratamento visa fomentar o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a eficiência e a inovação, sem, contudo, comprometer a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Os principais benefícios aplicáveis serão:

- a) Regularidade Fiscal Tardia:** As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularizar sua



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

documentação fiscal e trabalhista, caso apresentem alguma restrição no momento da habilitação, conforme artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

**b) Empate ficto e critérios de desempate:** Será assegurado o direito de preferência de contratação para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), que apresentarem propostas de preços até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta não seja de ME ou EPP, conforme artigo 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.10.5. O Edital preverá a aplicação dos critérios de desempate e do “empate ficto” nas hipóteses cabíveis, de modo operacionalizável no sistema eletrônico, preservando o julgamento objetivo e a competitividade.

**9.11. Da seleção do fornecedor**

9.11.1. A seleção do fornecedor ocorrerá por procedimento competitivo, com observância às fases legais do processo licitatório e aos critérios objetivos definidos no Edital, assegurando transparência, isonomia e segurança jurídica.

9.11.2. A proposta será apreciada conforme o critério estabelecido no Edital, sendo o licitante selecionado aquele que, atendendo integralmente às condições de habilitação e de exequibilidade, apresentar o melhor resultado segundo o critério adotado, com julgamento objetivo e verificações de conformidade.

9.11.3. A Administração deverá adotar verificações de exequibilidade e diligências proporcionais, evitando formalismo excessivo, mas assegurando que a proposta vencedora seja exequível e compatível com as condições de execução, prazos e garantias, resguardando a vantajosidade.

9.11.4. Poderá haver negociação nas hipóteses e limites do Edital e do sistema, como mecanismo de obtenção de melhor condição para a Administração, preservada a isonomia e a rastreabilidade dos atos.

9.11.5. O Edital deverá prever, de forma operacional, os prazos e meios de envio/ajuste de documentos e proposta final, garantindo rastreabilidade e publicidade, com responsabilização do licitante pelo acompanhamento do sistema.

**10. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

10.1. O julgamento dos documentos da habilitação dará apenas para a empresa que obtiver o menor lance ofertado e ter tido como arrematada a sua proposta. Caso os documentos da habilitação não estejam de acordo com o Edital da referida Concorrência, ou se a empresa não

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

cumprir o prazo estipulado no Edital, a empresa será considerada inabilitada e será convocada a empresa que teve o menor lance posterior, sendo o licitante remanescente, e assim consecutivamente, até que haja uma empresa habilitada por cumprir com todas as exigências do Edital.

**10.2. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em:**

10.2.1. Original, arquivo digital;

10.2.2. Cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada por autenticação digital, mediante conferência com os originais.

**10.3. Não serão aceitos documentos apresentados da seguinte forma:**

10.3.1. Cópias ilegíveis;

10.3.2. Documentos cujas datas estejam esmaecidas, ilegíveis ou rasuradas, caso assim esteja não será considerado tal documento, acarretando na inabilitação.

10.4. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 30 (trinta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

10.5. Depois de protocolados e entregues os documentos ao Setor de Licitações, via sistema eletrônico, não será aceita entrega de documentos posteriores.

10.6. O Agente de Contratação poderá desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato superveniente ou circunstância desabonadora da empresa ou de seus sócios.

**10.7. Habilitação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

10.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão, no entanto, apresentar os documentos elencados no item e subitens do Edital, mesmo que contenham alguma restrição, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006;

10.7.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste Edital, será(ão) assegurado(s), à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

10.7.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à(s) contratação(ões), sem prejuízo das sanções previstas na Lei, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar(em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação, consoante estabelecido no artigo 43, §2º da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8. A fase de habilitação, conforme o artigo 62 da Lei nº 14.133/2021, destina-se a verificar a aptidão do licitante para executar o objeto da contratação, atestando sua capacidade jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira. No presente Termo de Referência, as exigências detalhadas de habilitação serão elencadas e pormenorizadas no Edital do Processo Administrativo, em consonância com o artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, que define o TR como o documento que contém os elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto, mas não necessariamente para detalhar todos os anexos do Edital.

**10.9. Esta opção redacional e procedimental é juridicamente adequada e tecnicamente recomendável, conforme:**

10.9.1. **Instrumento competente e completude normativa do Edital:** O Edital é o instrumento próprio para consolidar as regras do certame, inclusive documentos de habilitação, critérios de conferência, verificações em bases oficiais, forma de apresentação eletrônica, condições de saneamento e consequências do descumprimento. A centralização no Edital evita duplicidades e divergências entre TR e Edital, reduzindo riscos de impugnação e de apontamentos por órgãos de controle.

**10.10. Da Inversão de Fases: Habilitação Antes Da Proposta**

10.10.1. Em atenção ao artigo 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a presente licitação adotará a inversão de fases, de modo que a fase de habilitação antecederá a fase de julgamento das propostas. Conforme já informado, detalhado e justificado, neste Termo de Referência.

**10.11. Para fins de transparência, previsibilidade e alinhamento entre TR e Edital, apresenta-se a seguir a matriz estruturante (categorias) de habilitação que deverá constar no Edital, com o detalhamento exaustivo dos documentos, conforme a Lei nº 14.133/2021, regulamentos aplicáveis, jurisprudência e boas práticas de controle, conforme os seguintes:**

10.11.1. Habilitação Jurídica;

10.11.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- 10.11.3. Qualificação Econômico-Financeira
- 10.11.4. Qualificação Técnica
- 10.11.5. Declarações
- 10.11.6. Outras Comprovações Adicionais

**10.12. Regras de Diligência, Saneamento e Conferência**

- 10.12.1. O Edital deverá prever, com precisão, o procedimento de diligência para esclarecimentos e complementações formais, quando admitidas.
- 10.12.2. A diligência não poderá ser utilizada para suprir ausência substancial de requisito, tampouco para permitir substituição indevida que altere a substância da qualificação exigida, devendo observar os limites legais e as decisões de controle.
- 10.12.3. A conferência de autenticidade e validade deverá priorizar verificação em bases oficiais, com registro nos autos e rastreabilidade, especialmente diante do ambiente eletrônico.

**11. DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA**

11.1. Para participar deste Pregão Eletrônico, o licitante deverá apresentar **Garantia da Proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado.**

11.2. A exigência de garantia de proposta, no percentual de 1% (um por cento) do valor global estimado deste Termo de Referência e do Edital, constitui-se em medida de segurança jurídica e de seriedade do certame, conforme expressamente autorizado pelo Art. 58, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Esta previsão visa a assegurar à Administração Pública a manutenção das condições propostas pelos licitantes e a mitigar os riscos de desistência injustificada ou de condutas temerárias que possam comprometer a lisura e a eficiência do processo licitatório.

11.3. A comprovação da prestação da Garantia da Proposta deverá ser anexada antes ou junto à proposta inicial do licitante, no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação imediata da proposta e exclusão do certame, por descumprimento de requisito editalício.

11.4. A garantia de proposta poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, a critério do licitante, conforme o artigo 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

**11.4.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública:**

- a) O caução em dinheiro deverá ser efetuado em conta específica indicada pela Administração, quando solicitado pelo licitante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

b) Os títulos da dívida pública devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**11.4.2. Seguro-garantia:**

a) Apólice de seguro que garanta o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo licitante em caso de descumprimento da proposta.

**11.4.3. Fiança bancária:**

a) Carta de fiança emitida por banco ou instituição financeira idônea, devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, que garanta o cumprimento das obrigações do licitante.

**11.5. A garantia deverá observar, no mínimo:**

11.5.1. Identificação completa do certame, do licitante, do órgão e do objeto;

11.5.2. Valor garantido correspondente ao percentual exigido;

11.5.3. Prazo de validade compatível com a proposta;

11.5.4. Irretratabilidade durante a vigência;

11.5.5. Condições de executabilidade/indenização em caso de ocorrência das hipóteses de perda previstas;

11.5.6. Emissão por instituição/seguradora regularmente autorizada a operar, quando se tratar de fiança/seguro.

11.6. A não apresentação da garantia de proposta, quando exigida, ou a sua apresentação em desconformidade com as exigências editalíssimas, implicará a desclassificação do licitante, conforme o artigo. 59, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Da mesma forma, a retirada da proposta ou a recusa em assinar o contrato ou em apresentar a garantia de execução, quando exigida, no prazo estabelecido, ensejará a execução da garantia de proposta e a aplicação das sanções cabíveis ao licitante, sem prejuízo das perdas e danos apuráveis.

11.7. A Administração poderá diligenciar para verificar autenticidade, validade, limites, poderes de representação, lastro e aderência ao edital, assegurando o devido processo, a motivação e o contraditório na forma da Lei nº 14.133/2021.

11.8. A garantia será devolvida aos licitantes não vencedores após a homologação da licitação e ao vencedor após a assinatura do contrato.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**12. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

12.1. A aceitabilidade das propostas será aferida a partir da conformidade com as exigências fixadas no Edital, observando-se os princípios da seleção da proposta mais vantajosa, da economicidade e da exequibilidade, nos termos do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021

**12.2. Serão Exigidos:**

12.2.1. Documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços). Conforme exigências de proposta de preço que estarão descritas Edital.

**12.3. Não Serão Exigidas:**

12.3.1. Não será exigida prova de conceito.

12.3.2. Não será exigida a carta de solidariedade.

**12.4. A proposta serão aceitas se:**

12.4.1. Atender integralmente às especificações técnicas;

12.4.2. Apresentar preços compatíveis com o mercado;

12.4.3. Não possuir preços inexequíveis;

12.4.4. Não possuir preços superiores ao da licitação;

12.4.5. Não possuir documentos rasurados e/ou ilegíveis;

12.4.6. Estiver acompanhada de todos os anexos obrigatórios.

**13. PARÂMETROS DA EXEQUIBILIDADE, JULGAMENTO DA INEXEQUIBILIDADE E SOBRE PREÇO.**

**13.1. Serão desclassificadas as propostas que:**

13.1.1. Apresentarem preços inexequíveis, sendo aqueles **inferiores a 75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, conforme o artigo 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e as normas aplicáveis.

13.1.2. Apresentarem **preços superiores ao orçamento estimado para a contratação.**

13.2. O orçamento da Administração, qualquer que seja a metodologia legalmente adotada e registrada no processo, servirá como base referencial para a análise de exequibilidade/inexequibilidade e para a verificação de sobrepreço, quando cabível.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

13.3. A presunção de inexequibilidade pode ser afastada, mediante diligência, quando solicitado pelo agente de contratação ou quando solicitado por licitantes, desde que a solicitação de diligência tenha fundamento e seja acatada pelo agente de contratação e equipe.

13.4. Na hipótese de diligência, o licitante deverá apresentar, no prazo fixado pelo Agente de Contratação, elementos probatórios suficientes para demonstrar a exequibilidade da proposta, nos termos do artigo 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021. A ausência de apresentação no prazo, ou a apresentação insuficiente para comprovar a viabilidade da oferta, implicará a desclassificação motivada por inexequibilidade, com registro em ata e nos autos.

13.5. Poderá ser solicitada a verificação de inexequibilidade ou exequibilidade apenas para propostas inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

**13.6. Presunção Relativa e Dever de Diligência:**

13.6.1. A identificação de propostas com preços manifestamente inferiores ao valor de referência da Administração não implicará desclassificação imediata, pois a presunção de inexequibilidade é relativa (*juris tantum*), conforme entendimento consolidado na Súmula nº 262 do Tribunal de Contas da União (TCU).

13.6.2. O Agente de Contratação, antes de desclassificar a proposta, deverá cumprir o dever de diligência previsto no artigo 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, concedendo ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

**13.7. Procedimento de Diligência:**

13.7.1. O licitante convocado para demonstrar a exequibilidade deverá apresentar, no prazo estabelecido pelo Agente de Contratação, documentos que comprovem a viabilidade de sua oferta, tais como:

- a) Planilhas de custos detalhadas, com indicação de todos os insumos, custos diretos e indiretos, e margem de lucro;
- b) Notas fiscais ou contratos de fornecimento que atestem os preços de aquisição de matéria-prima;
- c) Comprovação de que o licitante possui logística ou processos produtivos que justifiquem a redução de custos.

13.8. A desclassificação da proposta somente ocorrerá se, após a diligência, o licitante não comprovar que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que a proposta é capaz de suportar a execução integral do objeto, sem prejuízo da qualidade e do prazo.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**14. DA NEGOCIAÇÃO**

14.1. Encerrada a etapa de lances, e após a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar o Agente de Contratação deverá realizar tentativa de negociação com o licitante classificado em primeiro lugar, com o objetivo de obter condições ainda mais vantajosas para a Administração, conforme determina o artigo 61 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, de forma transparente, podendo versar sobre o preço e condições que não alterem a substância do objeto.

14.3. As tratativas versarão prioritariamente sobre a redução do preço global e unitário, podendo também abranger a melhoria de prazos de execução, desde que não desnaturem o objeto licitado.

14.4. Caso o primeiro colocado não aceite reduzir seu preço para patamares satisfatórios e estando o seu preço dentro do referencial, o preço inicial será aceito, porém caso sua proposta esteja acima do valor estimado, o Agente de Contratação, deverá desclassificar a proposta acima do referencial e deverá negociar com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação.

**15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

**15.1. Da Impugnação**

15.1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação sobre seus termos, devendo apresentar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, nos termos do artigo 164 da Lei 14.133/2021.

15.1.2. A impugnação deverá ser legítima para ter a sua validade.

15.1.3. A Impugnação deverá ser formulada exclusivamente na Plataforma Eletrônica, via sistema, informado no edital.

15.1.4. A Administração deverá responder à impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

15.1.5. As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.1.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**15.2. Do Pedido de Esclarecimentos**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

15.2.1. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do edital, exclusivamente pela plataforma eletrônica do certame ou pelo e-mail institucional que será informado, até 3 (três) dias úteis anteriores à sessão pública, conforme a Lei nº 14.133/2021.

15.2.2. A Administração deverá responder ao Pedido de Esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis.

## **16. DOS RECURSOS**

16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Declarado o vencedor e encerrada a fase de habilitação e proposta, o licitante que desejar recorrer deverá manifestar sua intenção de forma imediata e motivada, sob pena de preclusão. **O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.**

16.3. Para recorrer, deverá ser formulado na forma eletrônica, exclusivamente, via sistema de licitação, plataforma eletrônica, que será informado no edital.

16.4. Manifestada a intenção de recorrer, o(s) licitante(s) terá(ão) o **prazo de 3 (três) dias úteis** para apresentar as razões do recurso. O início do prazo recursal se dá na hora e data da manifestação do licitante via plataforma eletrônica.

16.5. Os demais licitantes serão intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo de 3 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente.

16.6. A falta de manifestação imediata do licitante importará a decadência do direito do recurso.

16.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo licitante, assim como também não serão conhecidos àqueles que tratem de assuntos meramente protelatórios.

16.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.9. O acolhimento das razões do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

16.10. O recurso administrativo terá efeito suspensivo, conforme artigo 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, até decisão da autoridade competente.

16.11. Os recursos serão analisados pelo Agente de Contratação, com posterior decisão da Autoridade Competente.

## **17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO**

17.1. A fase de aceitação do objeto constitui o ato administrativo complexo e vinculado por meio do qual a Administração Pública de Monte Santo/BA atesta, de forma solene e técnica, que a execução do objeto licitado foi integralmente cumprida pela Contratada, em estrita aderência às especificações do Projeto Básico, Projeto Executivo, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária. Este rito é regido pelo artigo 140 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Nos termos do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento do objeto da contratação será realizado em duas etapas distintas e complementares:

17.2.1. Recebimento provisório;

17.2.2. Recebimento definitivo.

17.3. Esse procedimento visa assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, a qualidade da execução contratual e a proteção do interesse público, constituindo instrumento de controle material da execução do objeto.

17.4. A aceitação do objeto será conduzida pelo Fiscal do Contrato, designado nos termos do Decreto Municipal nº 971/2026, sob supervisão do Gestor do Contrato e/ou Secretário Municipal da Pasta, conforme o Decreto Municipal nº 869/2025, observando-se a segregação de funções, a governança contratual e o controle da execução previstos nos artigos 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

17.5. A aceitação do objeto deverá observar, especialmente, os princípios administrativos previstos no artigo 5º, da Lei 14.133/2021.

### **17.6. Do Recebimento Provisório**

17.6.1. O recebimento provisório da obra será realizado após a comunicação formal da contratada acerca da conclusão dos serviços contratados, mediante vistoria técnica realizada pelo Fiscal do Contrato, com a lavratura do respectivo Termo de Recebimento Provisório, conforme o artigo 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

17.6.2. O recebimento provisório da obra será realizado pelo Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a comunicação escrita da Contratada de que a obra foi concluída, conforme artigo 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

17.6.3. Após a conclusão total da obra, a Contratada deverá comunicar formalmente a Administração por meio de relatório de conclusão. O Fiscal do Contrato terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para realizar a vistoria in loco e lavrar o Termo de Recebimento Provisório.

17.6.4. Durante a vistoria, o Fiscal deverá confrontar cada item da planilha orçamentária com a execução física, verificando a qualidade dos materiais empregados, o acabamento, a funcionalidade das instalações e a limpeza do canteiro de obras.

17.6.5. Caso sejam detectadas falhas, imperfeições ou descumprimentos técnicos, o Fiscal deverá listar exhaustivamente tais itens em relatório anexo ao Termo Provisório, notificando a Contratada para que proceda às correções no prazo assinalado. O recebimento definitivo ficará condicionado à plena sanidade de todas as pendências listadas.

**17.6.6. O recebimento provisório:**

- a) Não implica aceitação definitiva da obra;
- b) Não exclui a responsabilidade técnica da contratada;
- c) Não encerra a fiscalização contratual;
- d) Não dispensa a verificação posterior da qualidade da execução.

**17.7. Recebimento Definitivo**

17.7.1. O recebimento definitivo será realizado após o prazo de observação necessário para a verificação da qualidade, estabilidade e funcionalidade da obra, mediante nova vistoria técnica e emissão do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 140, inciso I, alinha “b”, da Lei nº 14.133/2021.

17.7.2. O recebimento definitivo da obra será realizado pelo Gestor de Contrato designado pela autoridade competente e/ou Secretário Municipal da Pasta, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, conforme artigo 140, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

17.7.3. O recebimento definitivo visa a verificação final da solidez e segurança da obra, bem como a conformidade com o Projeto Básico e as normas técnicas aplicáveis.

**17.7.4. Condições para o Recebimento Definitivo:**

- a) A obra foi executada integralmente;
- b) Foram atendidas as especificações contratuais;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- c) Foram cumpridas as obrigações acessórias;
- d) A obra apresenta condições adequadas de segurança e funcionamento.
- e) Correção de todas as ressalvas e pendências apontadas no Termo de Recebimento Provisório.
- f) Apresentação do Termo de Conclusão de Obra emitido pelo órgão municipal competente.
- g) Entrega do Manual do Proprietário e do As Built (projeto final conforme construído), incluindo plantas, especificações e manuais de operação e manutenção.
- h) Comprovação da baixa de responsabilidade técnica (ART/RRT) junto aos Conselhos de Classe.

17.7.5. O recebimento definitivo será formalizado por meio de Termo de Recebimento Definitivo devidamente assinado e atestando a plena e final aceitação da obra.

17.7.6. O recebimento definitivo autoriza a liquidação final da despesa, a devolução da garantia de execução e encerra a responsabilidade contratual imediata, mantendo-se, contudo, a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra.

**17.8. Responsabilidades de Pós-Entrega e Garantia Legal**

17.8.1. O recebimento definitivo não exclui:

- a) A responsabilidade civil da contratada;
- b) A responsabilidade técnica do responsável pela obra;
- c) A garantia legal da construção;
- d) A responsabilidade por vícios ocultos.

17.8.2. Nos termos do Código Civil, especialmente no que se refere à responsabilidade pela solidez e segurança da obra, a contratada permanece responsável pela qualidade da execução.

17.8.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança da obra pelo prazo irredutível de 5 (cinco) anos, conforme artigo 618 do Código Civil, sem prejuízo da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

17.8.4. Durante o prazo de garantia, a Contratada fica obrigada a reparar, às suas expensas, qualquer defeito decorrente de falha na execução ou na qualidade dos materiais, sob pena de execução da garantia contratual e aplicação de sanções administrativas.

**18. DO RESULTADO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

18.1. A proclamação do resultado constitui o ato administrativo pelo qual o Agente de Contratação, após exauridas as fases de lances, negociação, verificação de exequibilidade e habilitação, declara a ordem de classificação dos licitantes. Este ato é pautado pelo Princípio do Julgamento Objetivo e da Vinculação ao Instrumento Convocatório, conforme o artigo 17, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

18.2. O resultado será consolidado em ata circunstanciada, detalhando os preços obtidos por cada licitante, bem como as razões que levaram à desclassificação ou inabilitação de eventuais competidores.

18.3. O resultado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, assegurando o direito ao contraditório e o início do prazo recursal único, conforme o rito estabelecido na Nova Lei de Licitações.

18.4. O resultado somente será considerado definitivo após:

18.4.1. A apreciação de eventuais intenção de recurso e recursos, nos termos do edital e do regramento do procedimento eletrônico; e

18.4.2. O exaurimento da instância administrativa recursal, com a devida motivação das decisões.

18.5. Exauridos os recursos, o processo será encaminhado à Autoridade Competente, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, para as providências cabíveis.

## **19. DA ADJUDICAÇÃO**

19.1. A adjudicação é o ato declaratório pelo qual a Administração Pública atribui o objeto da licitação ao vencedor, vinculando-o ao futuro contrato.

19.2. No âmbito do Município de Monte Santo/BA, em observância à estrutura administrativa local a competência para adjudicar o objeto é da Autoridade Competente, sendo a Prefeita Municipal.

19.3. A adjudicação encerra a fase de seleção, confirmando que o licitante vencedor preencheu todos os requisitos legais e técnicos.

19.4. Diferente do regime anterior, onde o pregoeiro muitas vezes adjudicava em casos sem recurso, a opção administrativa de Monte Santo/BA centraliza este ato na Autoridade Competente, reforçando o controle hierárquico e a responsabilidade política e administrativa sobre a contratação da obra.

### **19.5. A adjudicação observará, de forma expressa e motivada:**

19.5.1. A regularidade formal do procedimento;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

19.5.2. A conclusão quanto à aceitabilidade e, quando aplicável, exequibilidade do preço;

19.5.3. O julgamento objetivo e a vinculação ao edital;

19.5.4. A indicação de que os recursos administrativos foram exauridos;

19.5.5. O atendimento aos princípios do artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

19.6. Verificada irregularidade sanável, a Autoridade Competente poderá determinar o retorno dos autos para saneamento, conforme as alternativas decisórias da Lei Federal 14.133/2021.

## **20. DA HOMOLOGAÇÃO**

20.1. A homologação é o ato de controle de legalidade e conveniência por meio do qual a Autoridade Competente, a Prefeita Municipal de Monte Santo/BA, ratifica todo o procedimento licitatório, conferindo-lhe eficácia jurídica definitiva, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

20.2. Antes de homologar, a Prefeita Municipal, auxiliada pelo parecer jurídico e técnico, elaborado pela Procuradoria Geral do Município e/ou Relatório Final, elaborado pela Controladoria Municipal, verificará se todos os ritos da Lei nº 14.133/2021 foram respeitados, desde o planejamento até o julgamento.

20.3. A homologação confirma que a contratação do objeto licitado, permanece sendo a melhor solução para o interesse público municipal.

20.4. Com a homologação, o processo é encerrado na fase de licitação e encaminhado para a formalização do contrato e emissão da nota de empenho.

20.5. Ao receber os autos, a Autoridade Competente poderá adotar uma das providências previstas no artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, com motivação explícita, conforme o caso:

20.5.1. Determinar retorno para saneamento;

20.5.2. Revogar por conveniência e oportunidade;

20.5.3. Anular por ilegalidade insanável;

20.5.4. Adjudicar e homologar.

20.6. Em caso de revogação/anulação, observar-se-á o devido processo, com motivação robusta, e – quando cabível – prévia manifestação dos interessados, em linha com orientação do TCU sobre a necessidade de contraditório prévio em desfazimento do certame (quando incidente).

20.7. A decisão homologatória deverá mencionar, de forma expressa:

20.7.1. A regularidade procedimental;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- 20.7.2. O exaurimento da fase recursal;
- 20.7.3. A aderência ao edital e ao julgamento objetivo;
- 20.7.4. A escolha da proposta mais vantajosa com segurança de execução (especialmente em obra);
- 20.7.5. A autorização para a sequência de atos de contratação, conforme rito interno (convocação do vencedor, garantias, assinatura e demais providências).

## **21. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

21.1. A contratação decorrente deste certame observará os requisitos de validade e eficácia estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, exigindo-se da adjudicatária a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase licitatória. A formalização do ajuste será precedida da comprovação de inexistência de sanções que impeçam a contratação com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

21.2. A eficácia do contrato e de seus aditamentos fica condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

### **21.3. Da Garantia de Contratação**

21.3.1. Conforme facultado pelo artigo 96, será exigida garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser prestada em uma das modalidades legais (caução, seguro-garantia ou fiança bancária).

21.3.2. A contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades, conforme o artigo 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

**a) Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública:** A caução em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica da Prefeitura Municipal de Monte Santo/BA. Os títulos da dívida pública devem estar registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central.

**b) Seguro-Garantia:** A apólice deve ser emitida por seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, mantendo vigência durante todo o período de execução e prazo de garantia da obra, observando-se as regras do artigo 97 da Lei nº 14.133/2021

**c) Fiança Bancária:** Emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central, com cláusula de renúncia ao benefício de ordem e validade compatível com o cronograma da obra.

### **21.3.3. Do Prazo de Apresentação e Atualização**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- a) **Prazo:** A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a convocação para assinatura do contrato, sendo condição *sine qua non* para a eficácia do ajuste;
- b) **Atualização:** O valor da garantia deverá ser atualizado sempre que houver alteração do valor contratual por meio de aditivos, mantendo-se sempre a proporção de 5% (cinco por cento);
- c) **Vigência:** A garantia deverá cobrir todo o período de execução da obra e o prazo de recebimento definitivo, devendo ser renovada em caso de prorrogação do cronograma.

**21.3.4. Da Execução E Liberação Da Garantia**

- a) **Execução:** A garantia será utilizada para o pagamento de multas aplicadas, ressarcimento de prejuízos decorrentes de inexecução ou reparação de danos causados à Administração ou a terceiros, caso a contratada não os satisfaça voluntariamente;
- b) **Liberação:** O valor da garantia, ou o instrumento respectivo, será restituído ou cancelado após o Recebimento Definitivo da obra e a comprovação de quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários, conforme o artigo 100 da Lei nº 14.133/2021.

**22. Modelo de Gestão de Contrato**

- 22.1. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato.
- 22.2. A gestão do contrato observará o modelo de governança da Lei nº 14.133/2021, com ênfase nos princípios da segregação de funções, motivação, transparência, eficiência, planejamento, segurança jurídica, probidade administrativa e controle do resultado, cabendo à Administração estruturar rotinas formais de acompanhamento e registro.
- 22.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 22.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 22.5. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

22.6. A empresa adjudicatária, que convocada, no prazo de validade de sua proposta, a assinar o termo de contrato, vir a desistir de assinar o mesmo, ser-lhe-ão atribuídas às penalidades prevista em Lei, no Termo de Referência e no Edital, respeitado o direito de recurso.

22.7. O Contratado deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, respeitadas todas as condições de habilitação e qualificação aqui exigidas.

22.8. Havendo interesse público e no caso de realização de serviços não previstos no Projeto inicial, a fatura contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, de qualquer ordem, que se fizerem necessários até os limites fixados na Lei nº 14.133/21.

22.9. O Contrato poderá ser prorrogado na ocorrência de hipóteses previstas no Capítulo VII, da alteração dos contratos e dos preços, na Lei nº 14.133/2021, bem como previstas no artigo 133 da mesma Lei.

**22.10. Fiscalização Para Fins do Futuro Contrato:**

22.10.1. **Gestor do Contrato:** designado nos termos do Decreto Municipal nº 869/2025, responsável pela gestão administrativa, interface institucional, controle de prazos, aditivos, comunicações formais, e consolidação da documentação de execução;

22.10.2. **Fiscal do Contrato:** designado nos termos do Decreto Municipal nº 971/2026, responsável pela fiscalização técnica (e, quando aplicável, administrativa), atesto de medições/recebimentos, registro de conformidades e desconformidades, e proposição de glosas;

22.10.3. **Autoridade Competente:** responsável por decisões que demandem competência superior, inclusive extinção contratual, aplicação de penalidades de maior gravidade (quando exigido), e homologações internas, com motivação e formalização em processo.

22.11. A gestão e a fiscalização da execução contratual serão exercidas em estrita observância ao Princípio da Segregação de Funções, conforme a Lei nº 14.133/2021.

22.12. É obrigatória a manutenção, no local da obra, de Diário de Obra atualizado, onde serão registradas todas as ocorrências, determinações e comunicações entre a fiscalização e a contratada.

**23. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

23.1. Será permitida a subcontratação parcial ou total do objeto, desde que expressamente autorizada pela Administração, não descaracterize o núcleo do objeto e não comprometa a responsabilidade integral da contratada pelo resultado final, nos termos do artigo 122 da Lei nº 14.133/2021.

**23.2. A subcontratação:**

23.2.1. Não estabelece vínculo contratual entre Administração e subcontratada;

23.2.2. Mantém a contratada como única responsável perante a Administração por qualidade, prazos, encargos e conformidade;

23.2.3. Exige que a subcontratada atenda às condições de regularidade e capacidade compatíveis com a parcela subcontratada, quando exigido em edital/contrato.

23.3. A contratada deverá solicitar autorização prévia e expressa, com:

23.3.1. Identificação da subcontratada (CNPJ, endereço, contatos);

23.3.2. Descrição dos serviços que irão subcontratar, com quantitativos e justificativa técnica;

23.3.3. Comprovação de capacidade técnica compatível;

23.3.4. Declaração de inexistência de impedimentos legais e de conflito de interesses;

23.3.5. Cronograma e impactos na execução.

**23.4. A Administração poderá indeferir a subcontratação quando:**

23.4.1. Comprometer competitividade e julgamento objetivo;

23.4.2. Configurar burla à habilitação;

23.4.3. Elevar risco de inexecução ou de responsabilização;

23.4.4. Conflitar com o interesse público ou com a governança da contratação.

23.5. A subcontratação não autorizada caracteriza descumprimento contratual grave e poderá ensejar extinção contratual por inadimplemento, além de sanções cabíveis.

**24. DAS OBRIGAÇÕES**

**24.1. Da Contratada – Obriga-Se a Empresa Vencedora**

24.1.1. A Contratada obriga-se a executar o objeto com zelo, qualidade, segurança, em observância às normas da ABNT, com consonância a proposta apresentada, com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor e conforme o contrato e anexos, observando integralmente especificações, projeto, planilhas, cronograma e determinações do fiscal, devendo, entre outras obrigações:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- a) A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;
- b) A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto, durante o período da obra;
- c) Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- e) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- f) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- g) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da prestação de serviços;
- h) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- i) Manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone, válidos para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- j) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- k)** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- l)** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- m)** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- n)** Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- o)** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nos anexos do Edital;
- p)** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- q)** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- r)** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- s)** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- t)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- u)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- v)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- w)** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- x)** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- y) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- z) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- aa) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram os anexos do Edital, no prazo determinado.
- bb) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- cc) Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- dd) Observar as diretrizes de caráter ambiental;
- ee) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- ff) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- gg) Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
- hh) Manter o canteiro de obras sinalizado e seguro, observando as normas de segurança do trabalho (NRs).
- ii) Placa de Obra: Instalar placa de identificação da obra conforme modelo fornecido pela Prefeitura de Monte Santo/BA.
- jj) Atuar com probidade, vedadas práticas de fraude, conluio, sobrepreço, superfaturamento e pagamentos indevidos, garantindo rastreabilidade de insumos críticos quando exigido.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**24.2. Da Contratante – Obriga-Se a Administração Pública**

24.2.1. A Administração obriga-se a proporcionar as condições necessárias para a execução do objeto, devendo:

- a) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- b) Disponibilizar o local da obra livre e desembaraçado para o início dos serviços.
- c) Designar formalmente o Gestor e o Fiscal do contrato.
- d) Efetuar os pagamentos devidos nas datas aprazadas, após a regular medição e liquidação da despesa.
- e) Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada para o bom andamento dos serviços.
- f) Poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- g) A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- h) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- i) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- j) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- k) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- l) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- m) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o artigo 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

n) Proceder ao recebimento provisório/definitivo, medições e liquidação da despesa conforme regras contratuais, efetuando pagamentos apenas após atesto e regular liquidação, observada ordem cronológica e vedação de pagamento antecipado salvo hipóteses legais e cautelas.

**25. DAS MEDIÇÕES E DO PAGAMENTO**

25.1. O rito de medição e pagamento observará o fluxo de liquidação da despesa pública, garantindo que nenhum pagamento seja efetuado sem a contraprestação efetiva e verificada dos serviços, conforme o artigo 141 da Lei nº 14.133/2021.

**25.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme prescrições abaixo:**

25.2.1. Para efeito de aplicação de glosas são atribuídos percentuais incidentes às infrações, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal vigente;

25.2.2. A fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o IMR para fins de medição dos resultados. Deverá haver o redimensionamento no pagamento mensal, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados acordados;
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

25.2.3. Caso a CONTRATADA não mantenha o nível de qualidade dos serviços, o CONTRATANTE descontará do pagamento mensal os percentuais de acordo com a porcentagem que não foi executada ou foi executada de forma irregular.

25.2.4. À CONTRATADA será permitido apresentar justificativa para a prestação do fornecimento ou do serviço com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

25.2.5. A cada relatório circunstanciado ou fatura ou nota fiscal, para fins de pagamento, corresponderá aplicação individualizada do Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

25.2.6. O valor devido a título de pagamento mensal à CONTRATADA será mensurado a partir da aplicação das condições do Instrumento de Medição de Resultados.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

25.2.7. A aplicação das glosas não compromete a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

25.2.8. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**25.3. Do Recebimento e Medição**

25.3.1. As medições serão mensais, realizadas pelo Fiscal do Contrato em conjunto com o preposto da Contratada.

25.3.2. Somente serão medidos os serviços efetivamente executados e em conformidade com as especificações técnicas. Serviços mal executados deverão ser refeitos antes da medição.

25.3.3. A medição deverá ser acompanhada de memória de cálculo, fotos e diário de obra que comprovem a evolução física.

25.3.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

25.3.5. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

**25.4. Do Faturamento**

25.4.1. Após a aprovação da medição, a Contratada emitirá a Nota Fiscal/Fatura, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e previdenciária (FGTS e INSS).

25.4.2. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

25.4.3. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 5 (cinco) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

25.4.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**25.5. Da Liquidação**

25.5.1. O Gestor do Contrato procederá à liquidação da despesa, atestando o direito adquirido do credor após verificar a regularidade documental e técnica.

25.5.2. A liquidação da despesa pressupõe a verificação do direito adquirido pelo credor com base em títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, cabendo ao gestor atestar:

- a) Quantidades executadas;
- b) Conformidade com especificações;
- c) Preços unitários e totais;
- d) Adequação ao cronograma;
- e) Eventuais glosas por serviços não executados ou executados em desconformidade.

25.5.3. Havendo divergências, a Administração poderá:

- a) Glosar valores;
- b) Determinar correções;
- c) Suspender a liquidação até saneamento;
- d) Instaurar procedimentos para apuração de responsabilidade.

25.5.4. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento.

25.5.5. Constatando-se, nas bases oficiais de verificação de regularidade, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante, mediante decisão motivada e registro no processo.

25.5.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

25.5.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

25.5.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**25.6. Das Condições de Pagamento**

25.6.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da data da liquidação da despesa, mediante crédito em conta bancária da Contratada.

25.6.2. Os pagamentos observarão a ordem cronológica de exigibilidade, conforme a Lei nº 14.133/2021

25.6.3. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

25.6.4. Quando a prestação de serviços não for completa, desde que não gere prejuízos ao Município, sendo fornecido uma parte do que foi solicitado em ordem de fornecimento ou sendo prestado uma parte do que foi solicitado na ordem de fornecimento, poderá ser efetuado o pagamento proporcional ao que foi entregue e/ou prestado.

25.6.5. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

25.6.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

**Sendo:**

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(12/100)}{365} \quad I = 0,00032876712329$$

**Em que:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 12%;

25.6.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

25.6.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

25.6.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

25.6.10. A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), se for o caso, referentes ao mês de competência da prestação de serviços ou de meses anteriores.

25.7. Para fins de blindagem e controle, não serão processados pagamentos sem boletim/planilha de medição e documentação mínima, alinhando-se a entendimentos de controle sobre irregularidades de liquidação e pagamento sem lastro material.

## **25.8. Do Pagamento Antecipado**

25.8.1. O pagamento antecipado é medida excepcional e restritiva, admitida apenas quando representar condição indispensável para obter o bem ou assegurar a prestação do serviço, ou quando implicar considerável economia de recursos, nos termos do artigo 145 da Lei nº 14.133/2021.

### **25.8.2. Regra geral: Vedação**

25.8.1. Em conformidade com o art. 145 da Lei nº 14.133/2021, não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à execução da obra,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

ressalvadas as hipóteses excepcionais previstas em lei e neste instrumento, desde que devidamente motivadas e instruídas no processo.

25.8.2. Para esta contratação específica, adota-se como diretriz administrativa que o pagamento ocorrerá após a execução/medição e o recebimento da parcela correspondente, observado o rito regular da despesa pública (empenho–liquidação–pagamento), assegurando segurança jurídica, probidade, economicidade e proteção ao erário.

**25.8.3. Excepcionalidade: Excepcionalmente, o pagamento antecipado poderá ser admitido somente se demonstrado, de forma cumulativa, que:**

- a) A antecipação propicia sensível economia de recursos ou representa condição indispensável à obtenção do bem/serviço necessário ao cumprimento do objeto (situação concreta, comprovada e motivada);
- b) Exista previsão expressa no instrumento convocatório e/ou no contrato;
- c) Conste como cautela obrigatória a exigência de devolução integral do valor antecipado caso o objeto não seja executado no prazo contratual, sem prejuízo de sanções e responsabilizações;
- d) Sejam adotadas salvaguardas suficientes para reduzir o risco de dano ao erário (garantias adicionais e controles).

25.8.4. Caso, motivadamente, seja autorizada a antecipação, deverão ser implementadas, no mínimo, as seguintes salvaguardas, devidamente formalizadas no processo e no instrumento contratual:

- a) Garantia adicional: a Administração poderá exigir garantia adicional como condição do pagamento antecipado (ex.: caução, fiança bancária, seguro-garantia, ou mecanismos equivalentes), compatível com o risco e com o valor antecipado.
- b) Marco de entrega e gatilhos de liberação: estabelecimento de etapas objetivamente verificáveis para liberação parcial (quando cabível), vedada antecipação sem contrapartida mínima material/financeira comprovável.
- c) Título/garantia de restituição e cláusula de devolução: previsão expressa e executável de devolução imediata do valor antecipado em caso de não execução, com atualização e penalidades, além de outras medidas cabíveis.
- d) Fiscalização reforçada e gestão de riscos: previsão de monitoramento intensivo, relatórios, evidências e rastreabilidade do uso do recurso antecipado, com segregação de funções e comunicação aos controles internos quando pertinente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

e) Vedação de Antecipação Integral: É vedado o pagamento antecipado do valor total do contrato;

f) Abatimento Proporcional: O valor antecipado deverá ser amortizado proporcionalmente nas medições subsequentes, conforme cronograma financeiro.

25.8.5. A Administração somente autorizará eventual antecipação após análise técnica e jurídica fundamentada, com demonstração do interesse público, sob pena de caracterização de falha grave no dever de cautela.

## **26. DO REAJUSTE**

26.8. Visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os preços serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, conforme o artigo 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021

26.9. O índice de reajuste será o **INCC (Índice Nacional de Custo da Construção)**, por ser o que melhor reflete a variação dos custos setoriais de obras de engenharia.

26.10. O reajuste tem natureza distinta do reequilíbrio econômico-financeiro (álea extraordinária), que pode ser reconhecido quando presentes seus pressupostos, independentemente de previsão expressa.

26.11. O reajuste poderá ser concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

26.12. Os Com fulcro artigo 136, da Lei 14.133/2021, os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

26.12.1. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

26.12.2. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

26.12.3. Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

26.12.4. Empenho de dotações orçamentárias.

26.13. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

26.14. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

26.15. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

26.16. No que tange aos pedidos de repactuação, revisão de contrato e reequilíbrio econômico-financeiro, serão observados o disposto na Lei 14.133/21

**27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**27.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a Contratada às sanções previstas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**27.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei 14.133, de 2021, conforme artigo 155 a Contratada que:**

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

**27.3. O regime sancionatório observará:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- a) Tipicidade (infração prevista e conduta descrita);
- b) Motivação e julgamento objetivo;
- c) Devido processo administrativo, com contraditório e ampla defesa;
- d) Proporcionalidade e razoabilidade;
- e) Segurança jurídica, conforme a Lei nº 14.133/2021 e princípios do art. 5º.

**27.4. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:**

- a) Advertência: Aplicável em faltas leves que não prejudiquem a execução do objeto;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**27.5. Na aplicação das sanções serão considerados:**

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**27.6. Tipos de multa**

26.6.1. **Multa moratória (mora):** aplicada por atraso injustificado no cumprimento de prazos contratuais, na forma do artigo 162 da Lei nº 14.133/2021, conforme percentuais e limites estabelecidos neste instrumento.

26.6.2. **Multa compensatória (sancionatória):** aplicada por inexecução parcial/total ou descumprimento de obrigações contratuais, observando-se que não poderá ser inferior a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, nos termos do artigo 156, inciso II e §3º, da Lei nº 14.133/2021.

**27.7. Cumulação de sanções (regra geral)**

26.7.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do artigo 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021, observada a dosimetria e a motivação.

**27.8. Dosimetria**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

27.8.1. Na aplicação de quaisquer sanções, a Administração observará a dosimetria prevista na Lei nº 14.133/2021, considerando, entre outros, a natureza e gravidade da infração, peculiaridades do caso concreto, circunstâncias atenuantes/agravantes, dano causado, vantagem auferida, reincidência e histórico de execução, sob pena de questionamentos por proporcionalidade/razoabilidade.

**27.8.2. Tabela Multa de Mora (Atraso Injustificado):**

<b>Multa de Mora (Atraso Injustificado)</b>			
<b>Infração (Atraso)</b>	<b>Multa Moratória</b>	<b>Limite/Observações</b>	<b>Outras Consequências Possíveis</b>
De 1 a 5 dias	0,10% ao dia	0,50%	Advertência
De 6 a 15 dias	0,15% ao dia	2%	Advertência + Medidas de Recomposição
De 16 a 30 dias	0,20% ao dia	5%	Advertência ou Impedimento
Acima de 30 dias	Mantém mora até o teto	Além da mora, caberá multa compensatória	Poderá haver extinção unilateral + Sanções
Que comprometa o objeto	Mantém mora até o teto	Além da mora, caberá multa compensatória	Poderá haver extinção unilateral + Sanções

**27.8.3. Tabela Principal – Multa Compensatória (0,5% a 30%) + Sanções:**

<b>Multa Compensatória + Sanções (Cumuláveis)</b>					
<b>Grau</b>	<b>Nível do Grau</b>	<b>Infração</b>	<b>Multa</b>	<b>Sanção Principal</b>	<b>Cumulação Típica (Possibilidades)</b>
Leve	1	Descumprimento formal de obrigação acessória sem dano e com pronta correção (ex.: atraso pontual em relatório, diário de obra,	0,50%	Advertência	Advertência + Multa (0,5%)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

		ART/RRT complementar quando não impede execução)			
Leve	2	Descumprimento acessório com potencial de risco controlável (ex.: sinalização incompleta, falha documental repetida)	1%	Advertência	Advertência + Multa (1,0%)
Média	1	Inexecução parcial não crítica, com retrabalho e custo administrativo (ex.: serviço executado fora da especificação, porém passível de correção)	2%	Advertência ou Impedimento	Multa (2%) + (Advertência ou Impedimento)
Média	2	Atraso relevante que gere reprogramação (sem colapso do objeto) ou descumprimento técnico reiterado	5%	Impedimento	Impedimento + Multa (5%)
Grave	1	Dar causa à inexecução parcial que gere grave dano à Administração, segurança, ou paralisação setorial do canteiro	10%	Impedimento	Impedimento + Multa (10%)
Grave	2	Não celebrar contrato ou não apresentar documentos de contratação quando convocado (sem justificativa aceita)	5% a 10%	Impedimento	Inidoneidade + Multa (Faixa)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Muito Grave	-	Inexecução total do contrato (abandono, paralisação imputável, impossibilidade de conclusão por culpa do contratado)	20%	Impedimento ou Inidoneidade	Multa (20%) + Impedimento
Fraudulenta	1	Apresentar documento/declaração falsa na licitação ou execução	10% a 20%	Inidoneidade	Inidoneidade + Multa (faixa)
Fraudulenta	2	Fraudar licitação ou execução (conluio, artifício para vantagem indevida)	20% a 30%	Inidoneidade	Inidoneidade + Multa (faixa)
Corrupção/ Lei 12.846	2	Praticar ato lesivo (Lei 12.846/2013, art. 5º) relacionado ao contrato	20% a 30%	Inidoneidade	Inidoneidade + Multa (faixa)

27.8.4. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa, civil e criminal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846/2013.

27.8.5. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e junto ao Cadastro de Restrições do Direito de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado da Bahia.

27.8.6. As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

## **28. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**28.8.** A extinção do contrato poderá ocorrer por ato unilateral da Administração, por consenso entre as partes ou por decisão judicial/arbitral, nos termos dos artigos. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**28.9.** Motivos de Extinção: Inexecução total ou parcial, atraso injustificado, falência da contratada ou razões de interesse público devidamente motivadas.

**28.10.** Consequências: A extinção unilateral por culpa da contratada autoriza a Administração a reter créditos, executar a garantia e assumir a execução do objeto para evitar a paralisação da obra.

**28.11. A extinção contratual observará as formas previstas na Lei nº 14.133/2021, com processo formal e motivação:**

- 28.11.1. Por ato unilateral da Administração;
- 28.11.2. Por acordo entre as partes;
- 28.11.3. Por decisão arbitral, quando cabível;
- 28.11.4. Por decisão judicial.

28.12. A extinção unilateral deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e de processo administrativo que assegure contraditório e ampla defesa, reduzindo-se a termo nos autos, conforme orientação institucional do TCU sobre o tema.

**28.13. Sem prejuízo de outras hipóteses legais e contratuais, poderá ocorrer extinção por:**

- a) Inexecução total ou parcial relevante;
- b) Atraso injustificado que comprometa o cronograma e o interesse público;
- c) Execução com vícios graves, desconformidade reiterada e recusa em corrigir;
- d) Subcontratação não autorizada e outras condutas que violem cláusulas essenciais;
- e) Prática de atos ilícitos ou fraude.

**28.14. A Administração deverá avaliar sempre:**

- a) Impacto no interesse público;
- b) Risco de paralisação;
- c) Custo de transição;
- d) Medidas mitigatórias (execução de garantia, contratação de remanescente, etc.), com motivação.

**28.15. Na extinção contratual, poderão ser adotadas, conforme o caso:**

- a) Apuração de danos e responsabilização;
- b) Execução de garantias;
- c) Retenção de créditos;
- d) Aplicação de sanções;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- e) Inventário de obra executada e medição final;
- f) Tomada de providências para continuidade do objeto (quando cabível).

28.16. Observadas as previsões legais, atraso relevante de pagamento pode ensejar direitos do contratado (inclusive pleitos de extinção), devendo a Administração gerir risco, preservar ordem cronológica e formalizar justificativas quando necessário, conforme referências institucionais sobre pagamento e extinção.

## **29. DO TERMO DE CONTRATO**

**29.1.** A futura contratação será formalizada, obrigatoriamente, por meio de TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se que o instrumento contratual escrito constitui regra e requisito de segurança jurídica, governança e controle.

**29.2.** O Termo de Contrato reger-se-á por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, sem afastamento das prerrogativas públicas legalmente conferidas à Administração (cláusulas exorbitantes, fiscalização, sanções, alterações e extinção), quando cabíveis.

**29.3.** O Termo de Contrato será celebrado em forma escrita, admitida a forma eletrônica, com assinaturas digitais quando adotadas pelo Município e/ou pela plataforma utilizada, integrando-se ao processo administrativo que deu origem à contratação e permanecendo disponível ao controle e à fiscalização.

**29.4.** O Termo de Contrato será assinado pela Autoridade Competente do Município de Monte Santo/BA (Prefeita Municipal) e pelo Ordenado do Fundo Municipal solicitante, quando tiver, observada a segregação de funções, a responsabilização e o controle de legalidade.

**29.5.** A Contratada deverá assinar o Termo de Contrato por seu representante legal, com poderes suficientes e comprovados (ato constitutivo/alterações/procuração), assumindo integral responsabilidade pela veracidade e validade dos documentos apresentados.

**29.6.** Após a homologação e adjudicação, a licitante vencedora será convocada para assinar o Termo de Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação e sofrer as sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada da parte e aceitação da Administração.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**29.7.** Constituem condições cumulativas para celebração do Termo de Contrato, sem prejuízo de outras previstas no Edital e anexos:

- a)** Manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, durante toda a execução contratual (obrigação contratual expressa);
- b)** Comprovação da regularidade de representação e poderes de assinatura;
- c)** Apresentação da garantia de execução contratual, quando exigida no Edital/TR (no caso, 5% do valor do contrato, conforme condições previamente estabelecidas);
- d)** Comprovação de que há crédito/dotação e condições orçamentárias para suportar as despesas contratuais (cláusula obrigatória do art. 92 e risco de nulidade em hipóteses graves de formalização deficiente);
- e)** Apresentação dos documentos técnicos e de responsabilidade profissional exigíveis para início da execução (ex.: ART/RRT, indicação de responsável técnico, plano de mobilização, etc.), conforme o projeto e o TR.

**29.8.** A recusa injustificada em assinar o contrato, ou a não apresentação de documentos/garantias exigidas, sujeitará o licitante vencedor às sanções cabíveis, sem prejuízo de medidas administrativas correlatas.

**29.9.** O Termo de Contrato será celebrado com vinculação integral ao Edital, anexos e à proposta vencedora, constituindo, em conjunto, o regime jurídico da execução contratual, garantindo vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica e isonomia.

**29.10.** O Termo de Contrato conterá, necessariamente, cláusulas que estabeleçam, com clareza e precisão, os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, incluindo, sem prejuízo de outras adequadas ao caso concreto:

- a)** Objeto e seus elementos característicos;
- b)** Vinculação ao Edital e à proposta vencedora;
- c)** Legislação aplicável, inclusive casos omissos;
- d)** Regime de execução (obra/serviço de engenharia) e forma de fornecimento;
- e)** Preço e condições de pagamento, critérios e periodicidade de reajuste e critérios de atualização monetária;
- f)** Critérios e periodicidade de medição, prazo de liquidação e prazo de pagamento;
- g)** Prazos de início, etapas, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- h)** Crédito/dotação pelo qual correrá a despesa (classificação funcional-programática e categoria econômica);
- i)** Matriz de riscos, quando for o caso;
- j)** Prazos para resposta a pedidos de repactuação/reequilíbrio, quando aplicáveis;
- k)** Garantias exigidas, inclusive em hipóteses de antecipação (se houver);
- l)** Prazo de garantia mínima do objeto e condições de manutenção/assistência, quando cabível;
- m)** Direitos e responsabilidades das partes, penalidades, multas e bases de cálculo;
- n)** Obrigação de manutenção das condições de habilitação;
- o)** Obrigações legais específicas;
- p)** Modelo de gestão e fiscalização do contrato;
- q)** Hipóteses de extinção contratual.

**29.11.A** Administração adotará estrutura contratual compatível com as boas práticas de formalização do TCU, visando evitar lacunas de cláusulas essenciais — falha frequentemente destacada em deliberações e relatórios de controle.

### **30. MATRIZ DE RISCO**

**30.1.** Matriz de Riscos constitui instrumento de planejamento e gestão contratual indispensável para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e para a mitigação de incertezas inerentes à execução do objeto. Em estrita observância artigo 103 da Lei nº 14.133/2021, este tópico estabelece a alocação objetiva de riscos entre a Administração Pública e a futura Contratada, definindo a responsabilidade por eventos supervenientes.

**30.2.** A Matriz de Riscos não se confunde com o mapa/análise de riscos do planejamento (gestão de riscos da contratação), enquanto a análise de riscos é obrigatória no planejamento, a matriz é cláusula contratual que formaliza a repartição de riscos do contrato quando necessário/recomendável.

**30.3.** Ainda que a obrigatoriedade legal da matriz se imponha em hipóteses específicas, a adoção, por prudência técnica, é compatível com os princípios da segurança jurídica, planejamento, eficiência, economicidade, transparência, motivação e julgamento objetivo, especialmente em obras públicas sujeitas a incertezas de solo, clima, logística e suprimentos.

#### **30.4. Riscos atribuídos à futura Contratada**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

a) Consideram-se atribuídos à futura Contratada, por serem tipicamente endógenos e/ou controláveis pela execução, sem prejuízo de seguros e obrigações legais:

- a) Variação de Preços e Insumos;
- b) Mobilização, logística e canteiro (mão de obra, equipamentos, transporte, almoxarifado, segurança patrimonial);
- c) Gestão de pessoal (rotatividade, produtividade, encargos trabalhistas, cumprimento de SST);
- d) Qualidade e conformidade técnica (execução conforme projetos, normas técnicas e especificações, com correção de não conformidades);
- e) Fornecimento e cadeia de suprimentos (aquisição, armazenamento e controle de qualidade de materiais, inclusive desperdícios);
- f) Compatibilização executiva (sequenciamento, métodos construtivos, interferências previsíveis e coordenação de frentes);
- g) Erros de execução e retrabalhos;
- h) Avarias e danos causados por culpa/ação/omissão da Contratada;
- i) Cumprimento de prazos e cronograma físico-financeiro, ressalvadas causas atribuídas à Administração e eventos de força maior devidamente comprovados;
- j) Seguros obrigatórios previstos e medidas de prevenção/mitigação sob sua governabilidade (preferência legal por transferência securitária).

**30.5. Riscos atribuídos à Administração:**

a) Consideram-se atribuídos à Administração, por decorrerem de sua esfera decisória/organizacional ou por configurarem fatos exógenos cuja gestão lhe caiba com maior eficiência:

- a) Disponibilização/regularidade da área e condições institucionais para início e continuidade (acessos sob domínio público, liberações administrativas internas, interlocução com órgãos locais);
- b) Deficiências no Projeto Básico: Erros ou omissões graves no projeto fornecido pela Administração que exijam alterações estruturais não previstas.
- c) Alterações unilaterais determinadas pela Administração (quando cabíveis) e seus impactos no prazo/custo, com recomposição na forma legal;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- d) Atrasos imputáveis à Administração em decisões, ordens de serviço, aprovações, medições, recebimentos e pagamentos, quando comprovados e com nexo causal;
- e) Fatos do príncipe/fato da Administração (atos gerais/administrativos que afetem diretamente a execução, quando aplicáveis);
- f) Riscos associados a escolhas institucionais (mudança de prioridade pública, reprogramações por interesse público, desde que motivadas e com tratamento conforme lei);
- g) Interferências de terceiros sob responsabilidade do Poder Público (p.ex., intervenções públicas não coordenadas que impeçam a execução);
- h) Reequilíbrio quando o sinistro estiver na Matriz como desequilíbrio não suportado pela parte requerente, observando o artigo 22, §2º, I, da Lei nº 14.133/2021;
- i) Caso Fortuito e Força Maior: Eventos da natureza de magnitude extraordinária (chuvas atípicas, catástrofes) que impeçam a execução.

**30.6. TABELA – MATRIZ DE RISCO**

**30.6.1. Escalas Adotadas:**

- a) **Probabilidade:** Baixa / Média / Alta
- b) **Impacto:** Baixo / Médio / Alto
- c) **Tratamento:** Evitar / Mitigar / Transferir (seguro) / Aceitar / Contingenciar (plano de resposta)

**30.6.1.1. A TABELA DE MATRIZ DE RISCO, ENCONTRA-SE EM ANEXO A ESTE TERMO DE REFERÊNCIA (TR).**

**30.6.2. Regras de operação da Matriz (reequilíbrio, aditivos e resolução):**

- a) A Matriz integra o regime contratual e vincula Administração e Contratada, sendo parâmetro objetivo para análise de pleitos, medições, aditivos e sanções.
- b) Concretizado evento previsto na Matriz, cada parte suporta o ônus do risco que assumiu, reputando-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando a pedidos de recomposição relacionados aos riscos alocados, ressalvadas as exceções legais.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- c) O reequilíbrio será cabível apenas quando o sinistro for considerado na Matriz como causa de desequilíbrio não suportada pela parte que pretende o restabelecimento, nos termos do artigo 22, §2º, I, e artigo 103, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
- d) Riscos com cobertura securitária devem ser preferencialmente transferidos ao contratado, quando previsto, integrando-se o custo ao preço ofertado, como instrumento de mitigação e estabilidade contratual.
- e) Se a materialização do risco majorar excessivamente ou impedir a continuidade, admite-se a resolução/extinção na forma da Lei e do contrato, com motivação e instrução robusta.

## **28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**28.1.** A disponibilidade orçamentária constitui pressuposto de validade e eficácia para a deflagração do processo licitatório e a subsequente contratação, em estrita observância a Lei nº 14.133/2021.

**28.2.** Este tópico formaliza a existência de lastro financeiro para suportar o encargo estimado, garantindo que a Administração Pública possua recursos suficientes para a execução integral do objeto licitado.

### **28.3. Da Classificação Orçamentária e Origem dos Recursos**

**28.4.** As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos próprios da Administração Pública, consignados no Orçamento Geral para o exercício, sob a seguinte classificação orçamentária:

**Secretaria:** 09.00 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

**Unidade Orçamentária:** 09.01.00 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

**Função:** 15 - Urbanismo

**Subfunção:** 451 - Infraestrutura Urbana

**Programa:** 0008 –

**Projeto/Atividade:** 1.018 – Pavimentação e requalificação de rua e vias públicas

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000 / 1.700.0000 / 1.701.0000 / 1.04.0000 / 1.706.3110 / 1.720.0000 / 1.721.0000 /

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**29. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**29.1.** O presente Termo de Referência (TR) integra, para todos os fins, vinculando a Administração e os licitantes, em observância aos princípios da legalidade, publicidade, transparência, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, competitividade, eficiência e economicidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**29.2.** Em caso de divergência aparente entre peças técnicas, a Administração decidirá com base em motivação formal, coerência do projeto e vantajosidade, preservando o interesse público e evitando soluções que importem em ampliação indevida do objeto ou alteração substancial não prevista, assegurando a isonomia.

**29.3.** As comunicações oficiais, pedidos de esclarecimentos e diligências no âmbito do certame observarão estritamente os canais formais definidos no Edital e na plataforma eletrônica, em respeito aos princípios da publicidade, isonomia, transparência e julgamento objetivo, vedadas tratativas informais que possam comprometer a igualdade entre licitantes.

**29.4.** Qualquer alteração deste TR que implique modificação do objeto, parâmetros relevantes, condições de execução, critérios técnicos, matriz de riscos, prazos, garantias, sanções, medições/pagamento ou outros elementos capazes de influenciar a formulação de propostas somente poderá ocorrer por meio de retificação/errata formalmente divulgada, com reabertura/adequação de prazos quando necessário, de modo a preservar a competitividade, o julgamento objetivo e a segurança jurídica.

**29.5.** A Administração adotará postura de padronização e clareza, evitando inserções tardias e mudanças materialmente relevantes sem publicidade adequada, em atenção à orientação consolidada de controle externo quanto à importância do TR como peça central do planejamento e do regramento da execução.

**29.6.** A elaboração, validação, condução do certame e execução contratual observarão, de forma indeclinável, o princípio da segregação de funções, com registro claro das responsabilidades e atos praticados por cada agente, prevenindo conflitos e mitigando riscos de apontamentos por concentração indevida de atribuições críticas na fase preparatória e na condução do procedimento.

**29.7.** O TR foi estruturado para ser auditável, objetivo e executável, com parâmetros verificáveis pela fiscalização, alinhando-se a boas práticas de governança e gestão de riscos em contratações públicas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**29.8.** Quando houver tratamento de dados pessoais no âmbito do procedimento e/ou da execução contratual (ex.: dados de representantes, responsáveis técnicos e empregados), as partes deverão observar os princípios e regras de proteção de dados aplicáveis, garantindo finalidade, necessidade e segurança da informação, sem prejuízo do dever de publicidade dos atos públicos.

**29.9.** O acesso público às peças seguirá a lógica de transparência máxima compatível com as exceções legais de sigilo estritamente necessárias (quando cabíveis), devendo quaisquer restrições ser motivadas e proporcionais.

**29.10.** A execução deverá observar integralmente os projetos, memoriais, planilhas e especificações do Edital, bem como normas técnicas aplicáveis (inclusive aquelas previstas nas peças técnicas), cabendo à Contratada manter responsável(is) técnico(s) habilitado(s), assegurando padrão de qualidade, durabilidade e segurança da obra.

**29.11.** Eventuais necessidades de ajustes técnicos deverão ser formalizadas, justificadas e aprovadas na forma do contrato, preservando-se o escopo e o interesse público.

**29.12.** Considerando a organização administrativa municipal informada e os atos normativos locais, o Termo de Referência e o Edital serão assinados pelo Secretário Municipal da pasta demandante, como responsável pela área requisitante, e os atos de condução do procedimento observarão as designações de agentes e equipe de apoio do Município.

**29.13.** O procedimento observará as designações locais de Agente de Contratação e equipe, conforme ato municipal indicado, garantindo a regularidade formal, a transparência e a rastreabilidade.

**29.14.** Fica eleito o Foro da Comarca de Monte Santo/BA para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste certame ou do contrato dele decorrente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**29.15.** Este Termo de Referência será divulgado integralmente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo-se o amplo acesso e a transparência passiva.

**29.16.** As disposições contidas neste documento entram em vigor na data de sua aprovação pela autoridade competente e permanecem válidas até o encerramento definitivo das obrigações contratuais.

**Monte Santo/Bahia, 10 de junho de 2026.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**José Valdo Evangelista de Oliveira**

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos